



## Enquadramento Geral do Plano

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR





## ÍNDICE

### PARTE I ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>ÂMBITO DE APLICAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>3</b>	<b>OBJECTIVOS GERAIS</b>	<b>6</b>
<b>4</b>	<b>ENQUADRAMENTO LEGAL</b>	<b>6</b>
<b>5</b>	<b>ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO</b>	<b>8</b>
<b>6</b>	<b>ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>	<b>8</b>
<b>7</b>	<b>ACTIVAÇÃO DO PLANO</b>	<b>13</b>
<b>7.1</b>	<b>COMPETÊNCIA PARA A ACTIVAÇÃO DO PLANO</b>	<b>13</b>
<b>7.2</b>	<b>CRITÉRIOS PARA A ACTIVAÇÃO DO PLANO</b>	<b>14</b>
<b>8</b>	<b>PROGRAMA DE EXERCÍCIOS</b>	<b>20</b>



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Listagem dos riscos naturais, antrópicos e mistos.....	5
Figura 2 – Processo de activação do PMEPCVPA.....	14

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território .....	9
Tabela 2 - Articulação do PMEPCVPA com os instrumentos de planeamento e ordenamento do território de âmbito regional, distrital e municipal.....	9
Tabela 3 - Matriz de convergência entre o PMEVPA e os Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território.....	12
Tabela 4 – Definição da probabilidade de ocorrência.....	15
Tabela 5 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “efeitos na população” .....	16
Tabela 6 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “danos nos bens e património” .....	16
Tabela 7 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “danos nos serviços e infra-estruturas” .....	16
Tabela 8 - Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “danos no meio ambiente” .....	17
Tabela 9 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “características da ocorrência” .....	17
Tabela 10 - Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “extensão territorial afectada” .....	17
Tabela 11 – Matriz de risco (gravidade versus probabilidade).....	17
Tabela 12 – Interpretação dos níveis de alerta.....	18
Tabela 13 – Factores de agravamento em função de cada risco .....	18
Tabela 14 – Exercício referente ao risco de movimentos de massa.....	20
Tabela 15 – Exercício referente ao risco de cheias e inundações.....	21
Tabela 16 – Exercício referente aos risco de secas.....	22
Tabela 17 – Exercício referente aos risco de ondas de calor.....	22
Tabela 18 – Exercício referente aos risco de vagas de frio, nevoeiros, geadas e nevões.....	23
Tabela 19 – Exercício referente aos risco de sismos.....	24
Tabela 20 – Exercício referente ao risco de incêndios florestais.....	25
Tabela 21 – Exercício referente aos risco de acidentes rodoviários.....	25
Tabela 22 – Exercício referente aos riscos de incêndios urbanos e industriais.....	26
Tabela 23 – Exercício referente aos risco de acidentes no transporte de mercadorias perigosas.....	26



Tabela 24 – Exercício referente aos risco de colapso de estruturas .....	27
Tabela 25 - Acidentes em estabelecimentos de fabrico e armazenagem de produtos explosivos.....	27
Tabela 26 – Cronograma de exercícios.....	28



## 1

## INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil (PMEPC) de Vila Pouca de Aguiar é um plano de âmbito geral. Este plano foi elaborado com o intuito de controlar a generalidade das situações de acidente grave ou catástrofe que venham a ocorrer na área geográfica do concelho de Vila Pouca de Aguiar.

O director do plano é o Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, na sua ausência ou impedimento, será revezado pelo seu substituto legal.

A Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar ao elaborar este documento tem como objectivo identificar os riscos inerentes ao município e estabelecer as regras de conduta a adoptar pelas diferentes entidades locais, em situação de acidente grave ou catástrofe.

O Serviço Municipal de Protecção Civil fica assim munido de um plano que aumenta os níveis de protecção da população e que garante uma resposta mais eficaz por parte das entidades intervenientes numa situação de acidente grave ou catástrofe.

A estrutura do plano segue o disposto na Resolução n.º 25/2008, de 18 de Julho, encontrando-se dividido em quatro partes:

- Parte I – Enquadramento Geral do Plano (apresentação geral do plano de emergência);
- Parte II – Organização da Resposta (tipificação de missões, modo de actuação e articulação dos agentes de protecção civil e organismos de apoio);
- Parte III – Áreas de Intervenção (procedimentos, instruções de coordenação e identificação de responsabilidades para cada uma das áreas de intervenção básicas da organização geral das operações);
- Parte IV – Informação Complementar (informação doutrinária, estudos ou análises complementares de carácter técnico e científico, cartografia, listagens ou fluxogramas).

Importa ainda realçar o facto do PMEPC de Vila Pouca de Aguiar ser um instrumento passível de actualização. Sendo mesmo obrigatório proceder à sua revisão no mínimo, bianualmente (artigo 6º da Resolução n.º 25/2008, de 18 de Julho).



# 2

## ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O PMEPC de Vila Pouca de Aguiar é um plano de âmbito municipal. Deste modo, aplica-se à área total do concelho de Vila Pouca de Aguiar, cuja extensão é de 437,08 km<sup>2</sup> distribuídos por 18 freguesias. Vila Pouca de Aguiar é um dos concelhos do distrito de Vila Real e um dos 14 municípios pertencentes à NUT III Alto Trás-os-Montes.

No concelho de Vila Pouca de Aguiar os incêndios florestais são a catástrofe que maior impacto tem causado. De salientar também o risco de movimentos de massa, com especial incidência nas zonas mineiras abandonadas, o que pode conduzir ao colapso das galerias. No que respeita aos riscos tecnológicos são apontados os incêndios urbanos e industriais, os acidentes graves de tráfego e o transporte de mercadorias perigosas, como sendo as tipologias de risco que mais têm vindo a aumentar no concelho.

No presente PMEPC estão contemplados todos os riscos naturais, antrópicos e mistos, que presumivelmente podem ocorrer no município de Vila Pouca de Aguiar, nomeadamente os constantes na Figura 1.

Figura 1 – Listagem dos riscos naturais, antrópicos e mistos

RISCOS NATURAIS	RISCOS MISTOS	RISCOS TECNOLÓGICOS
Movimentos de massa	Incêndios florestais	Acidentes rodoviários
Cheias e inundações	Degradação dos solos	Incêndios urbanos e industriais
Secas		Acidentes no transporte de mercadorias perigosas
Ondas de calor		Colapso de estruturas
Vagas de frio		Acidentes em estabelecimentos de fabrico e armazenagem de produtos explosivos
Nevões		
Sismos		
Nevoeiros		
Geadas		



# 3

## OBJECTIVOS GERAIS

A elaboração do PMEPC de Vila Pouca de Aguiar pretende atingir vários objectivos, de modo que a sua conjugação permita ao município estar devidamente preparado para fazer face às situações de acidente grave ou catástrofe que venham a ocorrer no concelho. Deste modo destacam-se os seguintes objectivos:

- Minimizar a perda de vidas e bens e restabelecer o mais rapidamente possível as condições mínimas de normalidade;
- Efectuar uma tipificação dos riscos naturais e antrópicos inerentes ao concelho e as respectivas medidas de prevenção a adoptar;
- Identificar os meios e recursos mobilizáveis para fazer face a uma situação de acidente grave ou catástrofe e quais os critérios de mobilização e os mecanismos de coordenação a que estes estão sujeitos.
- Definir as responsabilidades incumbidas aos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de protecção civil e a estrutura operacional que há-de garantir a unidade de direcção e o controlo permanente de situação;
- Assegurar que as entidades envolvidas terão o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover acções de sensibilização com o intuito de induzir à população uma cultura de autoprotecção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

# 4

## ENQUADRAMENTO LEGAL

O PMEPC de Vila Pouca de Aguiar encontra-se devidamente enquadrado na legislação em vigor à data da elaboração do plano. Assim sendo, apresentam-se por ordem cronológica, os diplomas legais que enquadram a elaboração do presente plano:

### RESOLUÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL Nº 25/2008, DE 18 DE JULHO



Estabelece os critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de protecção civil.

Normaliza a estrutura e os conteúdos dos planos de emergência de protecção civil e define a periodicidade com que devem ser revistos e sujeitos a exercícios.

Esta resolução clarifica ainda o acesso público aos planos de emergência e garante a disponibilização das suas componentes não reservadas, por um período não inferior a 30 dias.

## **LEI N.º 65/2007, DE 12 DE NOVEMBRO**

Estabelece o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, a organização dos serviços municipais de protecção civil e as competências do comandante operacional municipal (COM).

Relativamente aos planos municipais de emergência, a referida lei determina que os mesmos devem ser elaborados de acordo com as directivas emanadas da Comissão Nacional de Protecção Civil.

## **DECRETO-LEI N.º 134/2006, DE 25 DE JULHO**

O Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), conforme definido em diploma próprio, é o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de protecção civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional.

O referido diploma estabelece ainda o sistema de gestão de operações, que define a organização dos teatros de operações e dos postos de comando, clarificando competências e consolidando a doutrina operacional.

## **LEI N.º 27/2006, DE 3 DE JULHO**

A Lei de Bases da Protecção Civil define os princípios, os objectivos e as orientações para a actividade de Protecção Civil.

No que concerne à actividade da protecção civil de âmbito municipal, delibera sobre as competências do Presidente da Câmara Municipal, no que respeita à execução da política de protecção civil e define a composição e competências das Comissões Municipais de Protecção Civil.





## 5

### ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO

Para cumprir as suas responsabilidades no domínio da Protecção Civil, o município de Vila Pouca de Aguiar dispõe, desde 1999, de um Plano Municipal de Emergência (PME). Durante o período em que vigorou o PME de Vila Pouca de Aguiar foi activado duas vezes, no ano de 2005, devido a incêndios florestais

Relativamente a exercícios realizados de referir que foram realizados três exercícios por ano, em datas não conhecidas, na Escola EB2/3 de Vila Pouca de Aguiar, sendo que as entidades envolvidas foram os Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar e Protecção Civil de Vila Pouca de Aguiar.

Na sequência da publicação da Resolução 25/2008, de 18 de Julho de 2008, iniciou-se o processo de elaboração de uma nova versão do documento, em conformidade com a referida directiva.

De acordo com o previsto pela Resolução n.º 25/2008, de 18 de Julho de 2008, o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Macedo de Cavaleiros foi submetido a um período de consulta pública, por um período não inferior a 30 dias –e que decorreu entre o dia 5 de Março de 2010 até ao dia 16 de Abril de 2010.

A presente versão do plano foi aprovada pela Comissão Municipal de Protecção Civil de Vila Pouca de Aguiar em reunião realizada a 15 de Junho de 2010.

## 6

### ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O PMEPC de Vila Pouca de Aguiar articula-se com os instrumentos de planeamento e ordenamento do território de âmbito nacional e regional, bem como outros planos de âmbito municipal, como por exemplo o Plano Director Municipal. O presente plano articula-se, ainda, com outros instrumentos de planeamento de emergência, nomeadamente o Plano Distrital de Emergência de Vila Real e os planos municipais de emergência dos municípios adjacentes. Na tabela seguinte constam os vários instrumentos de ordenamento do território que se articulam com este plano:



Tabela 1 - Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

<b>ÂMBITO NACIONAL</b>	<b>PSECT PLANOS SECTORIAIS</b>	PNPOT   Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
		ENDS   Estratégia Nacional para o desenvolvimento sustentável
		PNA   Plano Nacional da Água
		PNDFCI   Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
		PNAAS   Plano Nacional de Acção, Ambiente e Saúde
		PNPR   Plano Nacional de Prevenção Rodoviária
		ENF   Estratégia Nacional para a Floresta
		PROF-BP   Plano Regional de Ordenamento Florestal do Barroso e Padrela
<b>ÂMBITO REGIONAL</b>		PROTN   Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte
<b>ÂMBITO MUNICIPAL</b>	<b>PSECT Planos Sectoriais</b>	PDM   Plano Director Municipal
		PMDFCI   Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
<b>INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA</b>		PDEPC   Plano Distrital de Emergência de Protecção Civil
		PMEPC ADJ   Planos Municipais de Protecção Civil dos municípios adjacentes

Devido ao carácter municipal do PMEPCVPA, importa, sobretudo, perceber de que forma é que este se articula com os instrumentos de ordenamento e planeamento do território de âmbito municipal, distrital e regional:

Tabela 2 - Articulação do PMEPCVPA com os instrumentos de planeamento e ordenamento do território de âmbito regional, distrital e municipal

ÂMBITO	ARTICULAÇÃO COM O PMEPCVPA
REGIONAL	PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO NORTE
	O Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N) estabelece os riscos e os respectivos graus de susceptibilidade para a região Norte por sistemas territoriais, sendo que no caso do concelho de Vila Pouca de Aguiar, o território concelhio é abrangido maioritariamente pelo sistema territorial das “serras”, com excepção de um sector do concelho que pertence ao sistema territorial designado por “depressões tectónicas”. Relativamente ao sistema territorial das serras, os riscos com maior grau de susceptibilidade (forte e



ÂMBITO	ARTICULAÇÃO COM O PMEPCVPA
	<p>forte a muito forte) são os movimentos de massa (forte a muito forte), as cheias repentinas (forte) as geadas (forte a muito forte) e os incêndios florestais (forte a muito forte). No caso das depressões tectónicas os riscos com maior grau de susceptibilidade (forte e forte a muito forte) são as cheias progressivas (forte a muito forte), as ondas de calor (forte), as vagas de frio (forte), as geadas (muito forte) e a ruptura de barragens (forte).</p> <p>Contudo, importa salientar que, as indicações do PROT-N são dadas para todo o sistema territorial e não especificamente para o concelho de Vila Pouca de Aguiar. Neste sentido, os riscos, bem como o grau de susceptibilidade foram adequados à escala municipal, tendo em conta as particularidades do território concelhio.</p> <p>Para além de estabelecer os respectivos graus de susceptibilidade para a região Norte, o PROT-N estabelece, ainda, as orientações globais para o tratamento dos riscos naturais.</p>
MUNICIPAL	PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA POUCA DE AGUIAR
	<p>A Assembleia Municipal de Vila Pouca de Aguiar aprovou, em 22 de Outubro de 1994, o seu Plano Director Municipal, encontrando-se, actualmente num processo de revisão de modo a adequar o seu conteúdo às necessidades concelhias.</p> <p>Na versão ainda em vigor do PDM de Vila Pouca de Aguiar não são feitas referências específicas aos riscos que afectam o município. Neste sentido e uma vez que o PDM de Vila Pouca de Aguiar assume-se como um Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT), que abrange todo o território municipal e que, com base na estratégia de desenvolvimento local, estabelece a estrutura espacial, a classificação básica do solo, bem como parâmetros de ocupação, a abordagem aos riscos e as acções de protecção civil definidas no PMEPCVPA deverão ser consideradas na futura actualização do PDM, funcionando como um instrumento de orientação para futuros processos de planeamento e ordenamento do território.</p>
MUNICIPAL	PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VILA POUCA DE AGUIAR
	<p>O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Vila Pouca de Aguiar define as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios, sendo um instrumento sectorial de gestão territorial, com competências operacionais de planeamento, programação, organização e execução de medidas e acções de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas.</p> <p>O conteúdo PMDFCI obedece à estrutura tipo definida na Portaria nº 1139/2006 e às orientações da Direcção-Geral dos Recursos Florestais (Guia Técnico para a elaboração do PMDFCI – Agosto de 2007).</p> <p>Neste sentido, de modo a articular o PMEPCVPA com o conteúdo do PMDFCI de Vila Pouca de Aguiar, foram incluídas no plano as zonas mais susceptíveis à ocorrência de incêndios florestais, os meios de actuação das diversas entidades em caso de ocorrência de um incêndio florestal, bem como as respectivas medidas de mitigação.</p>
INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA	
PLANO DISTRITAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE VILA REAL	
<p>O Plano Distrital de Emergência de Protecção Civil de Vila Real, actualmente em processo de revisão, em conformidade com o previsto na Resolução n.º 25/2008, de 18 de Julho, articula-se ao nível municipal com os catorze planos municipais de emergência de protecção civil dos concelhos que o integram.</p>	



ÂMBITO	ARTICULAÇÃO COM O PMEPCVPA
	<p>Simultaneamente, a existência de uma versão preliminar do PDEPC de Vila Real disponível para consulta pública, permitiu a articulação entre o conteúdo do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Vila Pouca de Aguiar e o plano Distrital de Emergência de Protecção Civil de Vila Real, nomeadamente no que se refere à organização das operações e nas missões dos agentes de protecção civil e entidades e organismos de apoio envolvidos no plano.</p>
<p><b>PLANOS MUNICIPAIS DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DOS MUNICÍPIOS ADJACENTES</b></p>	
	<p>Numa fase em que a grande maioria dos Planos Municipais de Emergência de Protecção Civil dos municípios adjacentes se encontram numa fase de revisão, no âmbito da Resolução n.º 25/2008, de 18 de Julho, importa que num futuro processo de revisão do PMEPCVPA seja feito um esforço adicional de forma a adequar o seu conteúdo às vulnerabilidades dos concelhos vizinhos, uma vez que neste momento estes ainda não se encontram disponíveis.</p>
<p><b>PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO – ESTABELECIMENTO DE ARMAZENAGEM DE PRODUTOS EXPLOSIVOS DE MAXAMPOR</b></p>	
	<p>O Plano Municipal de Emergência de protecção Civil de Vila Pouca de Aguiar articula-se, ainda, com o Plano de Emergência Externo do Estabelecimento de Armazenagem de Produtos Explosivos de MAXAMPOR. Uma vez que o PMEPCVPA é um plano de carácter geral mais abrangente, o PEE de MAXAMPOR deve ser entendido como uma sua extensão.</p>

Seguidamente é apresentada uma matriz onde constam os instrumentos que se articulam com o PME de Vila Pouca de Aguiar, destacando-se os pontos que convergem entre os planos:



Tabela 3 - Matriz de convergência entre o PMEVPA e os Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

<b>INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>	PNPOT	ENDS	PNA	PNDFCI	PNAAS	PNPR	ENF	PROF-BP	PBHD	PROT-N	PDM	PMDFCI	PDEPC	PMEPC ADJ
O PMEPC visa estabelecer														
Tipificação dos riscos	X	X	X	X	X				X	X	X	X	X	X
Medidas de prevenção a adoptar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Identificação dos meios e recursos mobilizáveis, em situações de acidente grave ou catástrofe				X		X						X	X	X
Definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competências no domínio da protecção civil municipal	X		X	X				X		X		X	X	X
Critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados utilizáveis				X								X	X	X
Estrutura operacional que há-de garantir a unidade de direcção e o controlo permanente da situação	X			X								X	X	X



# 7

## ACTIVAÇÃO DO PLANO

A ocorrência de uma situação de acidente grave ou catástrofe nem sempre atinge a dimensão necessária para que se proceda à activação do PMEPC, pois a sua activação implica uma resposta rápida, concertada e eficaz por parte das várias entidades intervenientes, o que deverá acontecer apenas face a uma situação de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe. Como tal, importa esclarecer a competência e os critérios para proceder à activação do plano.

### 7.1 COMPETÊNCIA PARA A ACTIVAÇÃO DO PLANO

A activação do PMEPC de Vila Pouca de Aguiar é da competência da Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC), cabendo ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, ou ao seu substituto legal, convocar a CMPC e propor a activação do PMEPC.

Face à necessidade da activação do PMEPC de Vila Pouca de Aguiar ser precedida de audição da CMPC, em caso de manifesta urgência, por razões de celeridade do processo poderá optar-se por uma composição reduzida da CMPC, que será constituída por representantes das seguintes entidades:

- Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, que preside;
- Um elemento do comando de cada corpo de bombeiros existente no município;
- Um elemento de cada uma das forças de segurança presentes no município;
- O director executivo do ACES de Alto Trás-os-Montes – Alto Tâmega e Barroso.
- Contudo, sendo a composição reduzida da CMPC um mecanismo excepcional de activação do plano, posteriormente a activação terá de ser sancionada pelo plenário da CMPC.

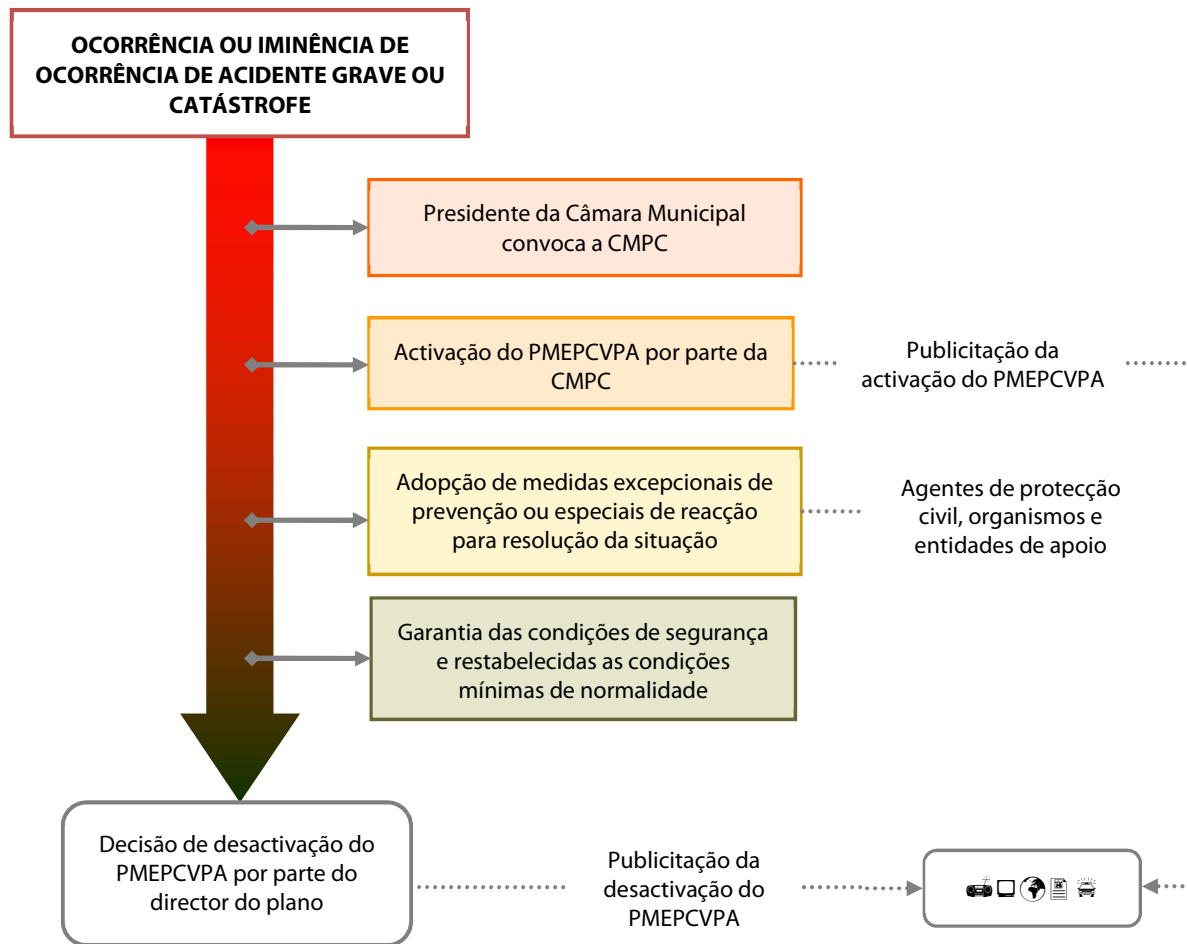
Para tornar pública a activação do PMEPC de Vila Pouca de Aguiar serão utilizados os seguintes meios:

- Site da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar ([www.cm-vpaguiar.pt](http://www.cm-vpaguiar.pt));
- Órgãos de comunicação social (Rádio Clube Aguiarense e Mensagens Aguiarenses);
- Editais.

De um modo sucinto, para activação do PMEPCVPA deverá ser concretizado o disposto no esquema seguinte:



Figura 2 – Processo de activação do PMEPCVPA



Na desactivação do plano deverem ser utilizados os mesmos meios de publicitação.

## 7.2 CRITÉRIOS PARA A ACTIVAÇÃO DO PLANO

A activação do PMEPC de Vila Pouca de Aguiar pode ocorrer em duas situações distintas:

- Planeamento, treino e preparação para a emergência;



- Ocorrência ou iminência de ocorrência de um acidente grave ou catástrofe em que seja reconhecida a necessidade de adoptar medidas preventivas ou medidas especiais de reacção.

Caso se verifique a segunda situação, existem alguns critérios que fundamentam a activação/desactivação do plano, nomeadamente:

- Efeitos na população;
- Danos nos bens e património;
- Danos nos serviços e infra-estruturas;
- Danos no meio ambiente;
- Características da ocorrência;
- Extensão territorial afectada.

Os critérios supra mencionados serão a base para a identificação do nível de alerta do plano, como tal, devem ser analisados individualmente, no que concerne ao grau de probabilidade e gravidade. Para a análise da gravidade e probabilidade devem ser consideradas as tabelas seguintes (de acordo com a Directiva Operacional Nacional n.º1/ANPC/2007):

*Tabela 4 – Definição da probabilidade de ocorrência*

PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO
MÉDIA-ALTA	Irà provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias; Registos regulares de incidentes e razões fortes para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada 5 anos.
ELEVADA	É expectável que ocorra em quase todas as circunstâncias; Nível elevado de incidentes registados; fortes evidências; forte probabilidade de ocorrência do evento; Fortes razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez por ano ou mais.
CONFIRMADA	Ocorrência real verificada.

De salientar que as situações de acidente grave ou catástrofe com uma probabilidade e gravidade menor não justificam a activação do plano.

Após analisar a probabilidade de ocorrência de determinado fenómeno é necessário avaliar o grau de gravidade relativo a cada um dos critérios de activação do plano. De acordo com a referido Directiva Operacional Nacional, da ANPC, a escala de intensidade compreende cinco níveis de gravidade, que foram adaptados aos critérios de activação do presente plano, conforme exposto na tabela seguinte:





Tabela 5 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “efeitos na população”

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	GRAVIDADE
EFEITOS NA POPULAÇÃO	Até 10 sinistrados; Entre 1 a 10 famílias desalojadas.	MODERADA
	Entre 10 a 35 sinistrados; Até 10 mortos; Entre 10 e 25 famílias desalojadas.	ACENTUADA
	Mais de 35 sinistrados; Mais de 10 mortos; Mais de 25 famílias desalojadas.	CRÍTICA

Tabela 6 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “danos nos bens e património”

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	GRAVIDADE
DANOS NOS BENS E PATRIMÓNIO	Inutilização dos bens por menos de 24 horas.	MODERADA
	Inutilização dos bens por um período compreendido entre 24 e 48 horas.	ACENTUADA
	Inutilização dos bens por um período superior a 48 horas.	CRÍTICA

Tabela 7 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “danos nos serviços e infra-estruturas”

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	GRAVIDADE
DANOS NOS SERVIÇOS E INFRA-ESTRUTURAS	Afectação de serviços e/ou infra-estruturas que pela sua importância causa constrangimento na comunidade (menos de 24 horas).	MODERADA
	Afectação de serviços e/ou infra-estruturas que pela sua importância causa constrangimento na comunidade (período compreendido entre 24 e 48 horas).	ACENTUADA
	Afectação de serviços e/ou infra-estruturas que pela sua importância causa constrangimento na comunidade (período superior a 48 horas).	CRÍTICA



Tabela 8 - Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “danos no meio ambiente”

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	GRAVIDADE
DANOS NO MEIO AMBIENTE	Algum impacte mas sem efeitos duradouros.	MODERADA
	Alguns impactes com efeitos a longo prazo.	ACENTUADA
	Impacte ambiental significativo e/ou danos permanentes.	CRÍTICA

Tabela 9 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “características da ocorrência”

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	GRAVIDADE
CARACTERÍSTICAS DA OCORRÊNCIA	Controlável com reforço e empenhamento de vários meios e uma actuação concertada. Controlável em menos de 12 horas.	MODERADA
	Situação dificilmente controlável em menos de 12 horas.	ACENTUADA
	Ocorrência presumivelmente incontrolável nas próximas horas. Necessário um período de tempo igual ou superior a 24 horas para controlar a situação.	CRÍTICA

Tabela 10 - Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “extensão territorial afectada”

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	GRAVIDADE
EXTENSÃO TERRITORIAL AFECTADA	Entre 5 a 10% da área territorial afectada.	MODERADA
	Entre 10 a 20% da área territorial afectada.	ACENTUADA
	Mais de 20% da área territorial afectada.	CRÍTICA

Dos vários critérios analisados considera-se aquele que apresenta o maior índice de gravidade, de modo a relaciona-lo com o grau de probabilidade anteriormente definido. Para efectuar a relação entre a gravidade e a probabilidade é utilizada a seguinte matriz de risco:

Tabela 11 – Matriz de risco (gravidade versus probabilidade)

GRAVIDADE (CONSEQUÊNCIAS)	PROBABILIDADE		
	MÉDIA-ALTA	ELEVADA	CONFIRMADA
MODERADA			
ACENTUADA			
CRÍTICA			



Adopta-se o critério de activação que apresentar o grau de probabilidade e gravidade mais elevado e procede-se de acordo com a tabela seguinte:

Tabela 12 – Interpretação dos níveis de alerta

ALERTA	PROCEDIMENTOS
	Situações de acidente grave ou catástrofe de âmbito e dimensão relativamente limitada, que, contudo, podem potenciar o desenvolvimento de consequências mais graves. Os serviços e entidades deverão garantir as condições de operacionalidade adequadas à situação.
	Situações de acidente grave ou catástrofe em que se admite não ser possível controlar a situação num curto espaço de tempo e que podem potenciar o desenvolvimento de consequências que excedam a capacidade de controlo do nível municipal. É necessária a intervenção conjunta de várias entidades. As entidades intervenientes no plano devem garantir o reforço do estado de prontidão.
	Situações de acidente grave ou catástrofe em que presumivelmente não será possível o seu controlo num curto espaço de tempo e que excedem a capacidade de controlo do nível municipal. Total empenho das estruturas operacionais de protecção civil. Necessidade de uma resposta de nível distrital.

Após definido o nível de alerta deve ser ainda considerado a existência de factores de agravamento, dado que a sua presença pode alterar a gravidade da situação. Como tal, deve ser equacionada a passagem ao nível de alerta seguinte na presença de um dos seguintes factores:

Tabela 13 – Factores de agravamento em função de cada risco

RISCOS	FACTORES DE AGRAVAMENTO
MOVIMENTOS DE MASSA	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Previsão de precipitação intensa e contínua nas próximas horas;</li> <li>– Ausência de vegetação;</li> <li>– Saturação do solo em água.</li> </ul>
SECAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Previsão de agravamento das condições meteorológicas;</li> <li>– Problemas no abastecimento de água.</li> </ul>
ONDAS DE CALOR	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Previsão de agravamento das condições meteorológicas;</li> <li>– Problemas no abastecimento de água.</li> </ul>
VAGAS DE FRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Previsão de agravamento das condições meteorológicas;</li> <li>– Falhas de energia eléctrica;</li> <li>– Populações isoladas devido à queda de neve;</li> <li>– Problemas relacionados com o abastecimento de água.</li> </ul>
NEVÕES, NEVOEIROS E GEADAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Previsão de agravamento das condições meteorológicas;</li> <li>– Falhas de energia eléctrica;</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Populações isoladas devido à queda de neve;</li> <li>– Problemas relacionados com o abastecimento de água e outros recursos essenciais.</li> </ul>
SISMOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Probabilidade de réplicas;</li> <li>– Desencadeamento de outras situações de acidente grave ou catástrofe (efeito dominó).</li> </ul>
INCÊNDIOS FLORESTAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Previsão de condições meteorológicas adversas para as próximas 24 horas;</li> <li>– Proximidade de zona com elevado nível de combustível;</li> <li>– Proximidade de aglomerados populacionais.</li> </ul>
DEGRADAÇÃO DE SOLOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Utilização incorrecta de técnicas agrícolas;</li> <li>– Desflorestação e destruição do coberto vegetal;</li> <li>– Calcamento da lavoura;</li> <li>– Tráfego de maquinaria pesada;</li> <li>– Impermeabilização e/ou encharcamento do solo;</li> <li>– Alteração do perfil do terreno;</li> <li>– Ocorrência de incêndios;</li> <li>– Abandono de áreas agrícolas.</li> </ul>
ACIDENTES RODOVIÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Elevado número de vítimas encarceradas;</li> <li>– Topografia acidentada do terreno;</li> <li>– Previsão de condições meteorológicas adversas para as próximas horas.</li> </ul>
INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Proximidade de outras indústrias ou aglomerados populacionais;</li> <li>– Probabilidade de extensão do incêndio a zonas adjacentes;</li> <li>– Existência de materiais perigosos e/ou altamente inflamáveis.</li> </ul>
ACIDENTES NO TRANSPORTE DE MATÉRIAS PERIGOSAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Proximidade de aglomerados populacionais;</li> <li>– Proximidade de cursos de água ou condutas de esgoto;</li> <li>– Previsão de condições meteorológicas adversas para as próximas horas.</li> </ul>
COLAPSO DE ESTRUTURAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Condições meteorológicas adversas;</li> <li>– Desencadeamento de outras situações de acidente grave ou catástrofe (efeito dominó).</li> </ul>
ACIDENTES EM ESTABELECIMENTOS DE FABRICO E ARMAZENAGEM DE PRODUTOS EXPLOSIVOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Proximidade de aglomerados populacionais;</li> <li>– Perigosidade das substâncias existentes;</li> <li>– Necessidade de evacuar em elevado número de pessoas.</li> </ul>

No entanto, importa realçar que os critérios de activação do plano, são meramente indicativos, visando auxiliar a CMPC na decisão de activação do plano, dado que o PMEPC pode ser activado sempre que a CMPC considere pertinente para a prossecução das operações de socorro.



## 8

## PROGRAMA DE EXERCÍCIOS

O PMEPC de Vila Pouca de Aguiar deve ser regularmente treinado através de exercícios em que se simulam situações de acidente grave ou catástrofe.

A realização de exercícios constitui um ponto fulcral no sucesso das operações de socorro, pois permite que os diversos intervenientes do plano se familiarizem com as situações de acidente grave ou catástrofe, permitindo rever e aperfeiçoar eventuais problemas que ocorram antes que uma situação real se verifique, devendo o PMEPC de Vila Pouca de Aguiar ser adaptado e actualizado, caso se verifique essa necessidade.

A realização de exercícios está prevista no artigo 9º da Resolução n.º 25/2008, de 18 de Julho, que dispõe o seguinte:

2 — *Excepto se disposto em contrário em legislação sectorial específica, os planos de emergência devem ser objecto de exercícios pelo menos bianualmente.*

3 — *Sem prejuízo da periodicidade referida no número anterior, a primeira revisão de um plano de emergência, após a publicação da presente directiva, deve ser seguida da realização de um exercício no prazo máximo de 180 dias após a aprovação da revisão.*

Constitui-se assim de elevada importância a realização de exercícios de posto de comando CPX<sup>1</sup> e de carácter operacional LivEx<sup>2</sup>.

Deste modo, com o intuito de preparar meios humanos e materiais para a ocorrência dos riscos inerentes ao município de Vila Pouca de Aguiar foram criados vários cenários hipotéticos de situações de acidente grave ou catástrofe. Nas tabelas seguintes estão definidos os tipos de exercícios associados a cada um dos riscos identificados, bem como os meios envolvidos e os objectivos a alcançar.

Tabela 14 – Exercício referente ao risco de movimentos de massa

MOVIMENTOS DE MASSA	
TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO
CPX ou LivEX	Devido às fortes chuvadas ocorridas nas últimas 48h um deslizamento de

<sup>1</sup> CPX (Comand Post Exercise) – realiza-se em contexto de sala de operações e tem como objectivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

<sup>2</sup> LivEx – exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios humanos e equipamento, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das entidades envolvidas.



DATA	terra atingiu várias casas. Existem vítimas presas na lama e várias pessoas desaparecidas.
A definir	
<b>ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Pedras Salgadas;</li> <li>– INEM;</li> <li>– CVP – delegação de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar.</li> </ul>	
<b>OBJECTIVOS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Avaliar a resposta dos meios numa situação de busca e salvamento em condições adversas;</li> <li>– Verificar a capacidade de proceder à estabilização de vertentes e desobstrução de acessos;</li> <li>– Proceder à remoção de destroços e de água com lama.</li> </ul>	

Tabela 15 – Exercício referente ao risco de cheias e inundações

<b>CHEIAS E INUNDAÇÕES</b>	
TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO
CPX ou LivEX	A precipitação intensa que atingiu o concelho de Vila Pouca de Aguiar na última madrugada originou várias inundações e cheias um pouco por todo o concelho. O rio Tâmega, que já apresentava um caudal bastante elevado, acabou por transbordar, o que levou ao corte de várias estradas e afectou vários terrenos e habitações nas margens do rio. No perímetro urbano as inundações em ruas e habitações também se fizeram sentir. Existem várias pedidos de ajuda para situações de acidente grave ou catástrofe e pessoas que necessitam de ser realojadas. O Instituto de Meteorologia prevê condições meteorológicas adversas para os próximos dias.
DATA	
A definir	
<b>ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Pedras Salgadas;</li> <li>– INEM;</li> <li>– CVP – delegação de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Serviço Local de Segurança Social de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Serviço Municipal de Protecção Civil.</li> </ul>	
<b>OBJECTIVOS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Avaliar a resposta dos meios numa situação de busca e salvamento em condições adversas;</li> <li>– Verificar a capacidade de proceder à estabilização de vertentes e desobstrução de acessos;</li> <li>– Proceder à remoção de destroços e de água com lama.</li> </ul>	



Tabela 16 – Exercício referente aos risco de secas

SECAS	
TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO
CPX ou LivEX	Município de Vila Pouca de Aguiar atingido por um cenário de seca extrema. A disponibilidade hídrica do concelho é insuficiente para fazer face às necessidades da população.
DATA	
A definir	
ENTIDADES ENVOLVIDAS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– CVP – delegação de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Delegado concelhio de saúde;</li> <li>– Instituições particulares de solidariedade social;</li> <li>– Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Serviço Municipal de Protecção Civil;</li> <li>– Juntas de Freguesia.</li> </ul>	
OBJECTIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Avaliar a capacidade de proceder ao abastecimento de água à população;</li> <li>– Analisar a qualidade da água para consumo;</li> <li>– Difundir comunicados à população com o intuito de minimizar os efeitos das secas.</li> </ul>	

Tabela 17 – Exercício referente aos risco de ondas de calor

ONDAS DE CALOR	
TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO
CPX ou LivEX	Uma onda de calor afecta a totalidade do território concelhio de Vila Pouca de Aguiar há vários dias. As altas temperaturas associadas à escassez de água obrigam a que a população mais vulnerável seja evacuada para abrigos climatizados.
DATA	
A definir	
ENTIDADES ENVOLVIDAS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– CVP – delegação de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Delegado concelhio de saúde;</li> <li>– Instituições particulares de solidariedade social;</li> <li>– Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Serviço Municipal de Protecção Civil;</li> <li>– Juntas de Freguesia.</li> </ul>	
OBJECTIVOS	



- Averiguar a capacidade de efectuar uma monitorização aos grupos de riscos;
- Avaliar a capacidade de proceder ao abastecimento de água à população;
- Analisar a qualidade da água para consumo;
- Proceder à evacuação da população mais vulnerável para abrigos climatizados.

Tabela 18 – Exercício referente aos risco de vagas de frio, nevoeiros, geadas e nevões

<b>VAGAS DE FRIO, NEVOEIROS , GEADAS E NEVÕES</b>	
TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO
CPX ou LivEX	A zona norte do país está a ser afectada por uma intensa vaga de frio que segundo o IM se irá manter nos próximos dias, existindo mesmo previsões para nova baixa das temperaturas. O concelho de Vila Pouca de Aguiar foi atingido por um forte nevão, afectando significativamente a circulação nas estradas do concelho. Existem algumas populações isoladas e veículos presos na neve. É necessário proceder à distribuição de agasalhos e à evacuação de grupos mais vulneráveis para abrigos climatizados, dado que a previsão meteorológica para os próximos dias é adversa.
DATA	
A definir	
ENTIDADES ENVOLVIDAS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Pedras Salgadas;</li> <li>– INEM;</li> <li>– ACES de Alto Trás-os-Montes II - Alto Tâmega;</li> <li>– CVP – delegação de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Serviço Municipal de Protecção Civil;</li> <li>– Juntas de Freguesia;</li> <li>– Órgãos de Comunicação Social;</li> <li>– Estradas de Portugal.</li> </ul>	
OBJECTIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitorizar os grupos de risco;</li> <li>– Proceder à evacuação de grupos mais vulneráveis para abrigos climatizados;</li> <li>– Avaliar o acesso e a capacidade das instalações climatizadas;</li> <li>– Divulgar recomendações e medidas de auto-protecção à população;</li> <li>– Verificar a capacidade de manter os vários tipos de equipamento devidamente operacionais;</li> <li>– Proceder à limpeza de estradas cortadas pela neve e assegurar que não existem populações isoladas;</li> <li>– Gerir os meios humanos e técnicos a afectar aos serviços de urgência, ao apoio ambulatorio e às áreas de abrigo.</li> </ul>	





Tabela 19 – Exercício referente aos risco de sismos

SISMOS	
TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO
CPX ou LivEX	<p>A ocorrência de um sismo de grau VI na escala de Mercalli modificada com epicentro próximo do concelho de Vila Pouca de Aguiar provocou o colapso de várias estruturas, sobretudo de alguns edifícios devolutos, temendo-se que várias pessoas tenham ficado presas nos seus escombros.</p> <p>A população entrou em pânico e saiu em massa à rua, onde o caos deu origem a vários acidentes rodoviários, nas principais vias do município.</p> <p>Os danos materiais são avultadíssimos, estimando-se que seja também muito alto o número de vítimas, inclusive de vítimas mortais. O número final de desaparecidos ainda não é conhecido, mas sabe-se que é um número muito considerável.</p>
DATA	
A definir	
ENTIDADES ENVOLVIDAS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Pedras Salgadas;</li> <li>– INEM;</li> <li>– ACES de Alto Trás-os-Montes II - Alto Tâmega;</li> <li>– CVP – delegação de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Serviço Municipal de Protecção Civil;</li> <li>– Juntas de Freguesia;</li> <li>– Órgãos de Comunicação Social;</li> <li>– IPSS;</li> <li>– CNE</li> </ul>	
OBJECTIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitorizar os grupos de risco;</li> <li>– Proceder à evacuação de grupos mais vulneráveis para abrigos climatizados;</li> <li>– Avaliar o acesso e a capacidade das instalações climatizadas;</li> <li>– Divulgar recomendações e medidas de auto-protecção à população;</li> <li>– Verificar a capacidade de manter os vários tipos de equipamento devidamente operacionais;</li> <li>– Proceder à limpeza de estradas cortadas pela neve e assegurar que não existem populações isoladas;</li> <li>– Gerir os meios humanos e técnicos a afectar aos serviços de urgência, ao apoio ambulatório e às áreas de abrigo.</li> </ul>	



Tabela 20 – Exercício referente ao risco de incêndios florestais

<b>INCÊNDIOS FLORESTAIS</b>	
TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO
CPX ou LivEX	Incêndio florestal de grande dimensão atinge o concelho de Vila Pouca de Aguiar. A localidade de Parada de Monteiros necessita de ser evacuada devido à proximidade do incêndio e à elevada concentração de fumo.
DATA	
A definir	
ENTIDADES ENVOLVIDAS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Pedras Salgadas;</li> <li>– INEM;</li> <li>– CVP – delegação de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Instituições particulares de solidariedade social;</li> <li>– Agrupamento de Escolas;</li> <li>– Sapadores Florestais;</li> <li>– Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Serviço Municipal de Protecção Civil;</li> <li>– Juntas de Freguesia.</li> </ul>	
OBJECTIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Avaliar a capacidade de proceder ao abastecimento de água e combustível dos meios envolvidos no combate ao incêndio;</li> <li>– Aferir o tempo necessário para proceder à evacuação da população de Parada de Monteiros;</li> <li>– Testar o funcionamento do equipamento de comunicação das várias entidades intervenientes;</li> <li>– Organizar o posto de comando;</li> <li>– Analisar a capacidade de prestar apoio logístico às forças de intervenção e à população.</li> </ul>	

Tabela 21 – Exercício referente aos risco de acidentes rodoviários

<b>ACIDENTES RODOVIÁRIOS</b>	
TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO
CPX ou LivEX	Colisão entre um veículo pesado de passageiros, um veículo pesado de mercadorias e um veículo ligeiro de passageiros. Existência de várias vítimas encarceradas. Condições meteorológicas adversas.
DATA	
A definir	
ENTIDADES ENVOLVIDAS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Pedras Salgadas;</li> <li>– INEM;</li> </ul>	



<ul style="list-style-type: none"> <li>– ACES de Alto Trás-os-Montes II - Alto Tâmega;</li> <li>– CVP – delegação de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Serviço Municipal de Protecção Civil.</li> </ul>
<b>OBJECTIVOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Testar os procedimentos de desencarceramento de vítimas;</li> <li>– Analisar a capacidade de transportar um elevado número de vítimas;</li> <li>– Verificar a capacidade de resposta das unidades de saúde;</li> <li>– Proceder à abertura de corredores de emergência;</li> <li>– Verificar a capacidade de instalar postos de triagem.</li> </ul>

Tabela 22 – Exercício referente aos riscos de incêndios urbanos e industriais

<b>INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS</b>	
TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO
CPX ou LivEX	Incêndio industrial no parque de sucatas da zona industrial de Sabroso de Aguiar. A presença de pneus e outros materiais altamente inflamáveis constitui um problema no combate ao incêndio. Existência de vítimas que resultaram da tentativa que os próprios empreenderam para controlar o incêndio antes da chegada dos Bombeiros.
DATA	
A definir	
ENTIDADES ENVOLVIDAS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Pedras Salgadas;</li> <li>– INEM;</li> <li>– CVP – delegação de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Serviço Municipal de Protecção Civil.</li> </ul>	
OBJECTIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Avaliar a capacidade de combate num incêndio com materiais altamente inflamáveis;</li> <li>– Aferir o tempo de resposta dos Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Proceder à busca e salvamento de vítimas.</li> </ul>	

Tabela 23 – Exercício referente aos risco de acidentes no transporte de mercadorias perigosas

<b>ACIDENTES NO TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS</b>	
TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO
CPX ou LivEX	Despiste de um veículo cisterna de transporte de combustível (Número ONU: 1203). O veículo encontra-se num local de difícil acesso e está a
DATA	



A definir	derramar combustível numa zona próxima de uma linha de água.
ENTIDADES ENVOLVIDAS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Pedras Salgadas;</li> <li>– INEM;</li> <li>– CVP – delegação de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Serviço Municipal de Protecção Civil;</li> <li>– Juntas de Freguesia.</li> </ul>	
OBJECTIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Avaliar procedimentos de combate a um incêndio com matérias perigosas;</li> <li>– Eliminar eventuais fontes de ignição;</li> <li>– Testar a limpeza da zona afectada pelo derrame de combustível;</li> <li>– Testar a capacidade de evitar a escorrência do combustível para a linha de água e proceder ao tamponamento da fuga.</li> </ul>	

Tabela 24 – Exercício referente aos risco de colapso de estruturas

COLAPSO DE ESTRUTURAS	
TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO
CPX ou LivEX	Colapso dos pilares da mina de Jales provoca um desabamento. Existência de um número incerto de vítimas que efectuava trabalhos de prospecção, tendo ficado presos no interior da mina.
DATA	
A definir	
ENTIDADES ENVOLVIDAS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Pedras Salgadas;</li> <li>– INEM;</li> <li>– CVP – delegação de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Técnicos competentes.</li> </ul>	
OBJECTIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Avaliar a resposta dos meios numa situação de busca e salvamento no interior da mina;</li> <li>– Verificar a capacidade de proceder à estabilização dos pilares da mina e proceder à desobstrução de acessos.</li> </ul>	

Tabela 25 - Acidentes em estabelecimentos de fabrico e armazenagem de produtos explosivos



ACIDENTES EM ESTABELECIMENTOS DE FABRICO E ARMAZENAGEM DE PRODUTOS EXPLOSIVOS	
TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO
CPX ou LivEX	Uma explosão num estabelecimento de fabrico e armazenagem de produtos explosivos levou à deflagração de um incêndio que começa a proliferar e a por em perigo algumas industrias adjacentes.
DATA	
A definir	
ENTIDADES ENVOLVIDAS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– GNR – Posto Territorial de Pedras Salgadas;</li> <li>– INEM;</li> <li>– ACES de Alto Trás-os-Montes II - Alto Tâmega;</li> <li>– CVP – delegação de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar;</li> <li>– Serviço Municipal de Protecção Civil;</li> <li>– Órgãos de Comunicação Social;</li> <li>– Agência Portuguesa do Ambiente.</li> </ul>	
OBJECTIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Exercitar a capacidade de resposta dos meios de socorro perante um acidente que envolva matérias perigosas;</li> <li>– Combate ao incêndio, impedindo a sua propagação;</li> <li>– Busca e salvamento de eventuais vítimas.</li> </ul>	

Dado que o PMEPC de Vila Pouca de Aguiar tem de ser revisto no mínimo bianualmente foi estabelecida uma calendarização de exercícios para os próximos dois anos. Neste programa de exercícios alguns cenários de diferentes tipologias de risco foram reunidos num único exercício, dado que a especificidade destes permite o seu agrupamento num único exercício. Deste modo apresenta-se o seguinte calendário:

Tabela 26 – Cronograma de exercícios

CRONOGRAMA DE EXERCÍCIOS			
DATA	180 dias após a aprovação do PMEPCVPA	TIPO DE EXERCÍCIO	CPX ou LivEX
CENÁRIO DE RISCO ENVOLVIDO	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Ondas de calor</li> <li>→ Secas</li> <li>→ Incêndios florestais</li> </ul>		
DATA	4.º trimestre de 2011	TIPO DE EXERCÍCIO	CPX ou LivEX
CENÁRIO DE RISCO ENVOLVIDO	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Movimentos de massa</li> </ul>		
DATA	1.º trimestre de 2012	TIPO DE EXERCÍCIO	CPX ou LivEX



CENÁRIO DE RISCO ENVOLVIDO	↪ Incêndios urbanos e industriais ↪ Colapso de estruturas		
DATA	2.º trimestre de 2012	TIPO DE EXERCÍCIO	CPX ou LivEX
CENÁRIO DE RISCO ENVOLVIDO	↪ Nevões		
DATA	3.º trimestre de 2012	TIPO DE EXERCÍCIO	CPX ou LivEX
CENÁRIO DE RISCO ENVOLVIDO	↪ Acidentes rodoviários ↪ Acidentes no transporte de substâncias perigosas		

A calendarização definida e as entidades envolvidas em cada cenário podem sofrer alterações, dado que a ocorrência simultânea de vários cenários de risco pode obrigar a uma redistribuição dos meios, de uma forma considerada mais adequada à situação.